

MAFALDA MIRANDA BARBOSA

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

ENTRE A UTOPIA E A DISTOPIA, ALGUNS
PROBLEMAS JURÍDICOS

.....

2.^A EDIÇÃO

 **GESTLEGAL**

ÍNDICE

Nota à segunda edição	7
Nota prévia	9

I.

A PERSONALIDADE JURÍDICA ELETRÓNICA

1. Formulação do problema.....	11
2. Em defesa da personalidade jurídica eletrónica	13
2.1. Fator filosófico: o homem como o indivíduo eminentemente racional. Do individualismo cartesiano ao transumanismo.....	13
2.2. Fator científico-filosófico: a autonomia empobrecida e o alegado determinismo neuronal.....	24
2.3. Fator dogmático-jurídico: a conceptualização formalista	30
3. A rejeição da personalidade jurídica eletrónica.....	35
3.1. A conceção de homem: o sentido da personalidade e o fundamento da juridicidade	35
3.2. O sentido da liberdade/autonomia.....	44
3.3. A recusa da miscigenação entre o homem e a máquina	48
3.4. A personalidade jurídica	52

II.

O APRIMORAMENTO DO SER HUMANO — O *BIOHACKING* E A RESPOSTA DO DIREITO

1. O problema.....	61
2. <i>Biohacking</i> : noção, intencionalidade e potencialidades	62

•

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

•

3. <i>Biohacking</i> : riscos e responsabilidades.....	66
4. Um direito ao <i>biohacking</i> ?	69
5. O direito como alternativa humana: a resposta em face do <i>biohacking</i> ..	75

III.

RESPONSABILIDADE CIVIL PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

1. As insuficiências dos modelos tradicionais de responsabilidade civil	83
2. As soluções	99
2.1. Responsabilidade dos entes dotados de inteligência artificial	99
2.1.1. Os fundos de compensação de danos causados por entes dotados de inteligência artificial	100
2.1.2. Entes artificialmente inteligentes como agentes morais?	102
2.2. As hipóteses especiais de responsabilidade pelo risco	106
3. A(s) resposta(s) europeia(s)	118
3.1. Resolução do Parlamento Europeu, de 16 de fevereiro de 2017, que contém recomendações à Comissão sobre disposições de Direito Civil sobre Robótica (2015/2103(INL)).....	118
3.2. Livro Branco sobre a inteligência artificial	128
3.3. A Resolução do Parlamento Europeu 2020/2014 (INL).....	131
3.4. A proposta de Diretiva da Responsabilidade IA	135
3.5. A Responsabilidade do Produtor	161

IV.

PROTEÇÃO DE DADOS

1. Os dados pessoais e a inteligência artificial: Riscos e remédios	177
2. O caso particular dos algoritmos generativos.....	198

V.

DESINFORMAÇÃO

1. A relação entre a desinformação e a inteligência artificial	203
2. Liberdade de expressão	205
3. A relevância jurídica da verdade	223
4. <i>Fake news</i> e controlo noticioso	234

•

ÍNDICE

•

5. O papel das plataformas digitais: redes sociais.....	238
a. Responsabilidade das plataformas digitais relativamente a terceiros, pelos conteúdos disseminados no seu seio.....	239
b. A responsabilidade face aos utilizadores	247
5.1. A inteligência artificial.....	250

VI. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ARBITRAGEM

1. Formulação do problema.....	251
2. A inteligência artificial no seio da arbitragem	255
3. Um <i>software</i> juiz-árbitro?.....	259
3.1. Objeções no plano dogmático-normativo	259
3.2. Objeções no plano metodológico.....	263
3.2.1. O papel do árbitro	264
3.2.2. A inteligência artificial e a racionalidade da <i>máquina</i>	268
3.2.3. A decisão judicativa como o resultado da atividade jurisdicional e arbitral. O sentido do direito e o papel especificamente normativo do problema da sua realização	273
3.2.4. A inabilidade do algoritmo para atuar humanamente	278

VII. O JUIZ ALGORITMO?

1. Formulação do problema.....	281
2. A recolha e tratamento de dados	282
3. Sistemas de aconselhamento e predição de risco.....	284
4. A automatização da decisão e o algoritmo juiz.....	289
4.1. Objeções ao nível processual	289
4.2. Objeções do ponto de vista metodológico.....	293

VIII. IA E DIREITO DO TRABALHO

1. O impacto crescente da inteligência artificial no mundo do trabalho	307
--	-----

•

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

•

2. Discriminação.....	310
3. A proteção da privacidade e a tutela de dados pessoais	325
4. O combate à precarização do emprego	329
Índice.....	339

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt